

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO TEMA PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA¹

Abuse and sexual exploration of children and adolescents as theme for university extension

Abuso y explotación sexual de niños y adolescentes como tema de extensión universitaria

Maria Nilvane Fernandes²

Rosana Trindade de Matos³

Idelvani da Conceição Bezerra Thiago⁴

Nayara de Souza Costa⁵

Márcio de Oliveira⁶

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i27.14346

Resumo: Este artigo aborda o debate sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes como foco na formação acadêmica durante a pandemia de Covid-19 em 2020. Duas iniciativas de Extensão Universitária foram usadas para a formação de estudantes, especialmente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Estes programas permitiram explorar o tema, entender seus conceitos e identificar sinais de violência sexual. Os debates ressaltaram a escola como um local de proteção e conscientização, promovendo conhecimento científico para orientar atividades pedagógicas e diálogos com pais/responsáveis. A educação sexual emergiu como uma ação crucial, tanto em contextos escolares quanto não escolares.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Extensão. Abuso. Exploração sexual.

Abstract: This article discusses child sexual abuse's academic discourse, using remote methods during the 2020 Covid-19 pandemic. Through Curricular Extension Programs, it enhances students' awareness, particularly in UFAM's Pedagogy course. These programs foster dialogue on child abuse within academia, promoting protection, awareness, and utilizing scientific knowledge to enhance prevention efforts, including sex education.

Keywords: Children and adolescents. Extension. Abuse and Sexual Exploitation.

Resumen: Este artículo aborda el debate sobre abuso sexual y explotación de menores como tema de formación académica durante la pandemia de Covid-19 en 2020. Dos Programas de Extensión Universitaria (PACES) de la UFAM contribuyeron a la formación inicial, centrados en Pedagogía. Los PACES fueron plataformas adecuadas para abordar la temática y fortalecer la defensa de los derechos de niños y adolescentes, comprendiendo conceptos y señales de violencia sexual. Los debates resaltaron la escuela como refugio y contraataque ante la violencia sexual, promoviendo educación sexual como medida urgente y fundamental.

Palabras-clave: Niños y adolescentes. Extensión. Abuso y Explotación Sexual.

¹ Este artigo contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutora; Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa – Portugal. nilvane@gmail.com | <http://orcid.org/0000-0002-3420-2714>

³ Mestre; Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM – Brasil. rosanamatos83@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-1732-8013>.

⁴ Graduada; Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM – Brasil. vani.ufam@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-6225-7421>.

⁵ Graduada; Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM – Brasil. axnayara@gmail.com | <http://orcid.org/0000-0002-3155-2487>.

⁶ Doutor; Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM – Brasil. profmarciooliveira@ufam.edu.br | <https://orcid.org/0000-0003-4706-2930>.

Artigo submetido em: fevereiro/2023. Aprovado em: maio/2023

Esferas, ano 13, vol. 2, nº 27, maio-agosto de 2023 | ISSN 2446-6190

Revista Esferas tem seu conteúdo sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Introdução

Este relato de experiência é resultado das atividades realizadas no Programa Atividade Curricular de Extensão – PACE – *Políticas de Socioeducação: diálogos profissionais* e do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) intitulado *Políticas de Socioeducação: diálogos sobre educação e escola*.

A Atividade de Extensão surgiu como proposta de dar continuidade às ações do programa: *Interlocução entre políticas afirmativas e direitos sociais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Manaus*, realizado em 2019. Nele os/as acadêmicos/as do Curso de Pedagogia, Psicologia e Letras realizaram atividades nas cinco unidades de privação de liberdade de adolescentes do referido município de forma presencial.

No entanto, face à pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), as atividades educativas presenciais da Educação Básica e do Ensino Superior foram suspensas no ano de 2020. Em busca de mobilizar a comunidade acadêmica para a realização de atividades remotas, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) lançou o edital simplificado n.º 001/2020 para a efetivação de um Processo de Seleção Pública Simplificada para Ações de Extensão que foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Posterior à aprovação do edital, a equipe que compôs o PACE Emergencial organizou o curso de formação que contou com participação de diversos/as profissionais que atuam com o tema, em vários estados do Brasil. Portanto, o escopo do projeto extensionista era de

[...] viabilizar uma aproximação entre acadêmicos de graduação com o trabalho desenvolvido por profissionais que atuam na área social, a partir do estudo de leis, contexto histórico e relatos de experiência dos diferentes profissionais que fazem parte de equipes multidisciplinares, tanto em programas de proteção como instituições de acolhimento quanto em programas de execução de medidas socioeducativas (Fernandes, 2020, p. 1).

Nesse viés, a proposta era que o projeto fosse realizado em parceria com várias instituições da área social, dentre elas, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), o Departamento de Atendimento Socioeducativo (DASE), a Vara da Infância e Juventude (VIJ) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de que houvesse a participação de professores/as, doutores/as, mestres/as e especialistas, que proferissem palestras e relatos de experiências nas atividades intituladas *Telas de Diálogo* – que transcorreram entre os meses de outubro a dezembro de 2020.

As atividades efetuadas nas Telas de Diálogo dispuseram do apoio de acadêmicos/as integrantes dos PACEs, que atuaram como mediadores/as entre os/as profissionais convidados/as e os/as participantes. A fim de garantir a integridade física dos/as envolvidos/as, docentes, palestrantes e ouvintes, as atividades de organização, debate e elaboração de materiais para as atividades, convite, acompanhamento e auxílio nas apresentações ocorreram mediante o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) como o *WhatsApp*, o *Google Meet* para a exposição das Telas de Diálogos e o *Google Classroom* para compartilhamento de vídeos, textos e avisos.

Mesmo sabendo das dificuldades de acesso à *internet* no Amazonas, vale destacar que, na atualidade, é praticamente impossível “[...] pensar a formação das pessoas sem considerar suas relações com as novas tecnologias, conhecidas como TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), um conjunto de recursos tecnológicos que proporcionam novas maneiras de interação” (Silva, 2021, p. 181-182). Com isso, se torna basilar a utilização dessas ferramentas disponíveis para auxiliar no processo de ensino e de aprendizagem, de modo que o processo educativo e de formação ganham uma nova roupagem, a depender das ações de quem está utilizando tais instrumentos.

Nessa direção, Scherer e Brito (2020, p. 05) apontam a necessidade de os/as docentes averiguarem “[...] as possibilidades de integrar a cultura digital ao currículo escolar, aos modos de pensar, agir e produzir conhecimento em cada espaço escolar”. Isso serve, sem dúvida, para todas etapas e modalidades da educação, fazendo com que os espaços virtuais e as ferramentas tecnológicas cheguem aos/às estudantes, potencializando a sua formação. De igual maneira, todos os cursos (palestras, simpósios, rodas de conversa etc.) podem fazer uso das TICs, com o intuito de ampliar o seu alcance.

Essa mediação proporcionou aos/às acadêmicos/as a possibilidade de participação direta e eficaz, haja vista que mantiveram contato constante com os/as profissionais palestrantes desde o agendamento (dia, data e hora) até transmissão das palestras. Esse movimento proporcionou a proximidade com novos assuntos que perpassam a área da educação, posto que cada um dos 20 encontros compreendia uma temática, entre os quais destacamos aqui as Telas 04, 08 e 18 com os seguintes títulos: *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas*; *A função da Educação Escolar frente à violência sexual contra crianças e adolescentes*, e; *Casa Mamãe Margarida: promovendo e acolhendo a vida*.

O destaque dos encontros nesse relato de experiência se justifica pela pertinência do conteúdo exposto e sua relação com a realidade amazônica, sobretudo, pelo conhecimento de instituições que atuam nessa esfera dentro do Estado. Ademais, a escolha também se justifica pela mediação ter sido realizada pelas discentes que compõem a autoria deste artigo.

Intenta ressaltar que a participação desses/as profissionais das áreas do setor social, jurídico e da educação, além de enriquecer, aprimorar e possibilitar a qualificação discente desde a formação inicial, abriu caminhos para debater temáticas que possivelmente não constariam na grade curricular do curso de Pedagogia, contribuindo assim, para o conhecimento e o entendimento das Leis que regem os

direitos de crianças e adolescentes, de forma a fortalecer a rede de proteção, seja em espaços escolares, seja em espaços não escolares.

As atividades foram planejadas, divididas e executadas entre os/as discentes, os/as quais foram concebidos/as como protagonistas no processo. Dentre as atribuições e responsabilidades dos/as acadêmicos/as ressalta-se a principal delas – na concretização dos programas – por meio da mediação com os/as profissionais convidados/as desde o contato inicial até a apresentação nas Telas de Diálogos, a edição do Jornal do PACE, envio de frequência dos/as participantes, organização da agenda e auxílios operacionais das ferramentas tecnológicas utilizadas.

Perante o exposto, para a elaboração deste relato de experiência pautamo-nos em preceitos da pesquisa qualitativa direcionada pela perspectiva epistemológica histórico-crítica no uso de materiais bibliográficos e documentais para situar o momento de execução da referida atividade acadêmica e alicerçar as experiências do processo de ensino e aprendizagem (Minayo, 2010). Para tanto, dividimos o artigo em duas seções, para além da introdução, que objetivam apresentar: a) o debate sobre o tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, b) a experiência vivenciada nos Programas de Extensão relacionado a temática.

Desta feita, a primeira seção expõe a síntese de um professor e uma professora que palestraram nas Telas de Diálogo referente ao tema supracitado. A seção seguinte apresenta a percepção sobre o tema e a relevância da Extensão Universitária na formação acadêmica, a partir da perspectiva de duas integrantes dos PACEs e do PIBEX, na época graduandas do curso de Pedagogia da UFAM.

Abuso e exploração sexual no contexto escolar: uma realidade

As participações e experiências dos/as acadêmicos/as de graduação do curso de Pedagogia UFAM no debate desse tema denota uma temática que estabelece uma quebra de tabus necessária para consolidar medidas de enfrentamento contra as violências sofridas pelas crianças e pelos/as adolescentes. A fim de compreendermos o tema, destacamos a palestra proferida pelo professor Doutor Márcio de Oliveira intitulada *A função da Educação escolar frente à violência sexual contra crianças e adolescentes* e a palestra intitulada *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas*, proferida pela professora mestra Rosana Trindade de Matos.



Figura 1 – Telas de Diálogo 1 e 2 (Fernandes, 2020.)

Na primeira atividade realizada por Márcio de Oliveira, a exposição foi dividida de maneira a discutir os termos e conceitos acerca do assunto. O professor apresentou os dados alarmantes sobre a questão e o papel da educação escolar em relação ao combate e à prevenção da violência sexual contra o grupo infanto juvenil.

De início, foram apresentadas inúmeras manchetes relacionadas à violação dos Direitos Sexuais, a exemplo dos seguintes casos: a) bebê de 1 ano e 8 meses era abusada sexualmente e torturada em Parauapebas/PA (G1, 2020); b) criança de três anos que foi estuprada e morta dentro de casa pelo namorado da mãe em Salvador (Cidade, 2017); c) criança de quatro anos que foi estuprada pelo próprio pai no Distrito Federal (Correio Braziliense, 2020). A exposição dos casos contribuiu para alertar os/as discentes sobre a gravidade do problema, mostrando a necessidade de Políticas Públicas de combate e enfrentamento à violência sexual contra os/as pequenos/as.

Em relação aos termos, a literatura apresenta várias possibilidades de análise. Temos que a violência sexual é compreendida “[...] como qualquer ação que lesione, limite ou viole a liberdade e integridade sexual da pessoa” (Vilela & Vendramini, 2012, p. 84). Relacionamos esse termo a um termo guarda-chuva, de acordo com Oliveira (2019), em que a partir dele, podemos pensar as demais terminologias.

Embasamo-nos ainda em Vilela e Vendramini (2012, p. 85) quando explanam que a “[...] exploração sexual comercial de crianças é uma atividade essencialmente econômica”. Assim, quando pensamos em exploração sexual, é preciso pensarmos em uma rede de ações ilícitas que envolve aspectos monetários, lucros, dinheiro. Entram nessa categoria a comercialização da prática sexual, de modo que meninos e meninas são vistos/as como meros/as objetos sexuais.

Ainda nessa dimensão de conceitos, a pedofilia é um “[...] termo clínico que, de forma alguma, deve ser utilizado como sinônimo para qualquer um dos atos de violência sexual” assim “[...] a definição de pedofilia está ligada ao desejo do sujeito, e não ao ato em si, e é sempre possível que o desejo não seja transformado em ato, que seja mantido no nível da fantasia” (Landini, 2011, p. 49). Logo, pedofilia é um transtorno, uma doença e precisa ser tratada como tal.

As nomenclaturas acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes são fundamentais para conhecer a realidade. Junto a isso, é fundamental dar vazão aos números dessa forma de violência. Números que chamam a atenção foram expressos no Atlas da Violência de 2018, em que ficou registrado, no ano de 2016, o número de 49.477 casos de estupros, evidenciando que crianças estão entre as principais vítimas no país (IPEA & FBSP, 2018).

Junto aos dados apresentados, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2019 demonstra que houve 66.041 registros de vítimas de violência sexual em 2018, sendo o maior já registrado: 81,8% do gênero feminino, 53,8% tinham até 13 anos, 50,9% negras e 48,5% brancas e 4 meninas de até 13 anos estupradas por hora, havendo 180 estupros por dia, com um crescimento de 4,1% (FBSP, 2019). De fato, são ocorrências alarmantes, que dão a dimensão dessa forma de violência.

Compreender as nomenclaturas e ter visibilidade dos dados coadunam para uma estratégia: utilizar a Educação para proteger crianças e adolescentes da violação dos Direitos Sexuais. A escola é ambiente de trabalhar a cientificidade, portanto, temas como gênero, sexualidade e violência sexual devem estar contemplados/amparados nos documentos oficiais educacionais (Oliveira; Peixoto & Maio, 2018), de modo a proporcionar que as crianças e os/as adolescentes tenham acesso ao conhecimento científico construído acerca desses temas, que ainda são tabus sociais.

É preciso ter a comunidade como um todo, de forma parceira, para que a Educação Sexual seja efetiva. Os/As responsáveis de crianças e adolescentes precisam receber explicação sobre esse trabalho, que deve ser apoiado desde governantes (federais, estaduais, municipais) e secretários/as de educação, pedagogos/as, diretores/as escolares. Consideramos que mediante a inserção de conhecimento científico acerca de gênero, sexualidade e violência sexual, as instituições escolares poderão aprimorar suas práticas em busca do combate e prevenção em relação à violação dos Direitos Sexuais.

O panorama explicitado atina-nos em buscar conhecer a realidade vivenciada em nosso estado, neste propósito, apresentaremos o relato e apontamentos da Professora Mestra Rosana Trindade de Matos que proferiu a palestra intitulada *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas* que faz parte da pesquisa de mestrado da referida palestrante.

A abordagem desta temática aos/às acadêmicos/as de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas foi uma oportunidade de expor para os/as acadêmicos/as e a comunidade geral as reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado da palestrante, de modo que sua pesquisa evidenciou que infelizmente, crianças em idade pré-escolar estão sujeitas a este fenômeno, que é o abuso e a exploração sexual relacionado ao contexto dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Abordar a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes desperta muitos preconceitos, evidencia tabus e ainda causa inúmeros silenciamentos. Nesse sentido, trazer essa discussão para o meio acadêmico é uma forma de enfrentar essas violações contra as crianças, além de explicitar os seus direitos (Maio & Oliveira, 2017).

Considerando que esta pauta é necessária desde a formação inicial dos/as acadêmicos/as, as palestras dialogadas nas Telas de Diálogo escolhidas para debater esse tema neste relato de experiência, assumem uma contribuição ímpar, pois, os/as profissionais de múltiplas áreas, com ênfase nos/as professores/as precisam estar atentos/as para ouvir e perceber os sinais da criança e do/a adolescente que sofre possíveis violações e assim notificar aos meios legais, a fim de romper com o silenciamento (Lima & Maio, 2014).

Como meio legal da garantia à dignidade humana e a inviolabilidade da liberdade que se estende aos sujeitos em foco deste estudo, entra em cena o papel dos Direitos Humanos, ante uma definição recente e moderna, mas que nos permite conceituar como direitos e liberdades básicas de todos os

seres humanos, sendo estes, inerentes a todos/as independente de raça, sexo, gênero, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. O qual deve servir como garantias legais aos indivíduos e grupos combatendo as ações que violem sua liberdade e a dignidade humana. A compreensão dos Direitos Humanos se dá por meio da Educação, que assume como prioridade o investimento na Educação básica, pois é a partir dela que o ser humano adquire condições de exercer com legitimidade seus direitos e sua cidadania.

Dentre esses grupos, abordamos os direitos das crianças e dos/as adolescentes em destaque nos documentos da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) que garante no capítulo VII assegurar com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação [...] além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Quanto ao Estatuto da Criança e do/a Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), houve pequenos avanços significativos no que tange a implementação dos conselhos de direitos e tutelares, de formulações de políticas para as crianças e os/as adolescentes como os Planos de Erradicação do Trabalho Infantil, Enfrentamento da Violência Sexual, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, de todas as conquistas, o podemos vislumbrar é a consolidação de uma concepção de criança como *sujeito de direitos, sujeito político* (Santos, 2007).

Contudo, mesmo com este documento marcando a possibilidade de ações a fim do reconhecimento da criança e do/a adolescente como sujeitos de direitos, além de caracterizar medidas quanto a execução da proteção e assistência a esse público, bem como aos seus direitos e deveres em conjunto com a família, sociedade civil e o poder público (Brasil, 1990). Após três décadas de aprovação, o ECA ainda apresenta dificuldades em ser totalmente aplicado por conta de algumas

fragilidades referentes à impunidade de agressores/as, ao número parcial de denúncias de violências, falta de agentes públicos/as efetivos/as no trabalho de proteção etc.

Tal realidade está comprovada nos dados sobre a violência que acomete nossas crianças e que apresentam os tipos de violações sofridas. No ano de 2019 foram registrados: 86.836 mil casos, sendo negligência com 38%; violência psicológica 23%; física 21% e violência sexual com 11% (Childhood, 2020). E o Amazonas por sua vez, no ano de 2018 encontrava-se em quinto lugar no ranque das violações dos direitos das crianças, entre elas foram 13,4 mil registros de abuso sexual e 3,5 mil de exploração sexual. E no período de janeiro a julho de 2019 foram 463 estupros ocorridos somente na capital, desse total as vítimas tinham entre 0 e 17 anos (Rocha, 2019). Outro dado alarmante exposto nas duas palestras mencionadas, é de que, o local com índice de maior violação contra as crianças ocorre na casa da vítima ou de um conhecido.

Os dados apresentados aos/às acadêmicos/as redundam na perspectiva de reconhecer que enquanto profissionais da Educação, precisamos estar alertas às possíveis violações dos direitos, e que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para promoção de uma cultura em Direitos Humanos (SEDH & MEC & MJ, 2006) e, também que os “[...] maus tratos, violência sofrida pela criança se refletem no aprendizado” (Nepomuceno, 2002, p. 164).

Nesse sentido, levar os/as acadêmicos/as a refletirem que a escola pode ser esse espaço de proteção e combate à violência sexual, em que todos/as precisam estar envolvidos/as e buscar conhecimentos científicos para embasar suas atividades pedagógicas, argumentar com bases teóricas, com os pais, mães e responsáveis que é um direito das crianças saber dos perigos que as rodeia, se faz urgente e fundamental. E, ao final da explanação pudemos perceber, na participação dos/as acadêmicos/as, o interesse mediante as contribuições de suas falas e nas perguntas que revelaram a

preocupação dos/as discentes quanto a sua formação acerca da temática, sobretudo em relação aos procedimentos a serem realizados no espaço escolar.

Extensão universitária na perspectiva acadêmica

Esse tópico relata as experiências e as questões vivenciadas durante a participação das autoras deste artigo enquanto mediadoras e ouvintes das Telas de Diálogo. A trajetória percorrida para a execução dos projetos será aqui desvelada pelo olhar discente acerca do processo de ensino e aprendizagem que sob coordenação e colaboração mútua entre os/as integrantes as levou a ocupar o protagonismo na sua formação inicial na área de formação em Pedagogia.

Na prática, a ação mais ativa dos/as discentes que integraram os PACEs significou um contínuo processo de aprendizagem como: a elaboração de um convite formal em nome da instituição e do grupo de pesquisa (GEPPEvi); o estudo e compartilhamento de conhecimento acerca das ferramentas digitais para auxiliar os/as profissionais na devolutiva e apresentação das Telas de Diálogo; a preparação para assumir responsabilidade de mediar as falas em um evento marcado, sobretudo, pelas imprevisibilidades de conexão; aperfeiçoamento na construção de certificações; e também na escrita dos relatórios de devolutiva ao Programa.

Os esforços empreendidos na organização de materiais, recursos e profissionais tiveram as Telas como culminância. Os procedimentos cerimoniais das aberturas das palestras contavam com a contextualização do PACE de 2019 e resumo da atividade realizadas anteriormente, além disso, demarcava-se o momento pandêmico em que os novos projetos estavam inseridos para afirmar a importância do coletivo nos espaços de discussões dada a situação na política, educação e saúde nas suas relações com as temáticas e os reflexos nas instituições em que elas perpassam.

Posteriormente os/as convidados/as eram apresentados/as pela linha da trajetória acadêmica e profissional no assunto das palestras. Durante a explanação, ocorriam mediações durante as falas, no apontamento dos questionamentos sinalizados no *chat* do *Google Meet* e no envio da lista de presença. No encerramento eram feitos agradecimentos aos/às participantes, a rememoração de informações a respeito da certificação (60 horas) para a totalidade de atividades desenvolvidas pelos/as discentes inscritos/as no PACE e da certificação individual para os/as demais, além de realizarmos o convite para participarem da próxima Tela.

Para além das atividades realizadas, foi notório que estávamos vivenciando o núcleo operacional do Programa de Extensão como parte do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), que formam a base fundamental da universidade, que de acordo com o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 as “[...] universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, art. 207). Assim, a Universidade Federal do Amazonas, conta com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) que tem como fundamento:

A visão dialética de um processo de inter relação, que implica na troca de saberes e na troca de ações entre a sociedade amazonense, em geral, e a comunidade interna universitária, de modo a que a população receba da Academia ações que já são financiadas por ela própria, através do pagamento de impostos que viabilizam, além da extensão, a pesquisa e o ensino nas suas mais variadas modalidades (Ufam, 2020, s/p).

Portanto, a Extensão Universitária, quando associada ao ensino e à pesquisa, tem a função de repassar à sociedade os conhecimentos produzidos na academia, sobremaneira no sistema público de

ensino superior, haja vista que à sociedade custe os investimentos na formação discente, e sabe-se que apenas uma pequena parcela social adentra as universidades públicas.

Nesse sentido, o projeto elaborado pela coordenadora dos PACEs e a sua concretização se firmaram no diálogo ativo e democrático, perpassando desde a escolha dos temas que contornam as demandas atuais circundantes da sociedade, até o convite estendido para além da comunidade acadêmica, buscando incentivar a discussão, compartilhamento de pesquisas e a reflexão sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e a rede de proteção. Já para a comunidade acadêmica, a possibilidade de experienciar a ação discente no apoio e execução dos programas extensionistas. Dessa forma, vivenciamos o que Freire (1987, p. 78) nos ensinou ao afirmar que “[...] não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Assim, em consonância com a perspectiva da Universidade sobre a natureza e os alicerces dessas ações é que foram articuladas as atividades.

Ao total foram apresentadas 20 Telas de Diálogo, que discorreram sobre as seguintes temáticas: conceitos basilares para construção de uma perspectiva protetiva em relação às crianças e aos/às adolescentes, medidas socioeducativas, políticas de atendimento, direito a educação, infâncias, violências, questões de gênero, culpabilização das famílias e justiça restaurativa. As explanações seguiram uma organização teórica que possibilitou o entendimento da totalidade das ações direcionadas ao público infantojuvenil, bem como os questionamentos, os debates e as considerações.

No que tange às medidas protetivas que fundamentam legalmente grande parte dos estudos referentes à garantia de direitos do público infantojuvenil, o Estatuto da Criança e do/a Adolescente (ECA) dispõe que a criança e o/a adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou

por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990, art. 3).

Assim, as Telas intituladas *A função da Educação Escolar frente à violência sexual contra crianças e adolescentes* e *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas* apresentadas respectivamente pelo Professor Doutor Márcio de Oliveira no dia 19 de novembro de 2020 e pela Professora Mestra Rosana Trindade de Matos no dia 10 de novembro de 2020⁷, apresentaram a realidade pesquisada, que na prática, buscou evidenciar como os/as professores/as e pedagogos/as devem denunciar os pedidos de socorro presentes nos comportamentos das crianças e dos/as adolescentes.

Os profissionais que atuam na rede de proteção básica precisam conhecer o que é o abuso sexual e como devem agir quando desconfiam que uma criança esteja sofrendo esse tipo de violência. Médicos, enfermeiros, dentistas, professores de todos os níveis e modalidades de ensino, assistentes sociais, psicólogos, conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde, cuidadores de Centros de Educação Infantil e educadores sociais que atuam em instituições de acolhimento e programas sociais, profissionais que atuam nos núcleos regionais de Ensino, estudantes universitários, coordenadores de estágio, enfim, todos os profissionais que atuam com crianças ou que formam profissionais que atuarão com elas precisam compreender o que é o abuso sexual, como ocorre e quem são os abusadores sexuais de crianças e adolescentes (Zanella & Lara, 2016, p. 83-84).

As questões e indagações suscitadas pelas duas pesquisas caminharam no sentido de saber quais são os possíveis sinais, como proceder mediante essas situações, que órgãos acionar dado a suspeita de cometimento de violências sejam elas de negligência, violência psicológica, física e/ou abuso sexual. Para tanto, na primeira apresentação alguns conceitos foram abordados como a violência sexual ou abuso sexual, exploração sexual e pedofilia (Oliveira, M., 2020).

⁷ As palestras contaram respectivamente com a mediação das discentes de Pedagogia Angelina Andrade Duarte de Souza e Nayara de Souza Costa (hoje, mestranda em Educação pelo PPGE/UFAM).

Na segunda palestra, dentre outras observações, a professora alertou que grande parte dos casos acontecem na casa da vítima, logo, os/as abusadores/as são membros da família (Matos, 2020), sendo assim sua reflexão aponta que um/a dos/as responsáveis conforme o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, deve assegurar prioritariamente “[...] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1988) tem sido falho.

Nesta ocorrência, surgem alguns órgãos que buscam efetivar essa proteção, a esse respeito, destacamos a instituição de acolhimento Casa Mamãe Margarida, localizada no município de Manaus-AM, que tem realizado um trabalho ímpar com meninas, sobretudo as que vivenciaram situações de violência.

Assim, consideramos pertinente abordar em nosso relato a Tela de Diálogo n.º 18⁸ realizada no dia 10 de dezembro de 2020, em que recebemos a professora Eneila Raimunda Lima de Oliveira que proferiu a palestra *Casa Mamãe Margarida: acolhendo, defendendo e promovendo a vida*. A palestrante abordou acerca do processo de verificação pela equipe de serviço social para a realização do acolhimento das meninas em situação de violências (Oliveira, E., 2020).

A instituição está ligada à rede Salesiana do Brasil e se encaixa na área de obras sociais, partindo da premissa operativa que tem como foco a evangelização, educação social e gestão social como tripé para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, pautado na garantia à educação. A segunda característica mencionada pela professora palestrante é o fato de acolherem apenas meninas em situação de vulnerabilidade social e/ou vítimas de abuso e exploração sexual (em sua grande maioria).

⁸ A palestra contou com a mediação da discente de Pedagogia, Idelvani da Conceição Bezerra Thiago (hoje, mestranda em Educação pelo PPGE/UFAM).

As ações realizadas na instituição visam o desenvolvimento integral das meninas e por isso são pensadas pedagogicamente. Os materiais para o sustento e mantimento das questões básicas de sobrevivência são provenientes de doações, e no que se refere à escolarização, essa é feita dentro da Casa e conta com funcionários/as disponibilizados/as pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus (Oliveira, E., 2020). Logo, percebe-se que a instituição depende de várias esferas para se manter funcionando e atendendo crianças e adolescentes.

Visando contextualizar a necessidade do diálogo a respeito da instituição de acolhimento, a professora Eneila apresentou alguns marcos legais na garantia de direito à proteção e educação de crianças e adolescentes, a exemplo do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, art. II, e ECA, art. IV da Lei 8.069/90 (Brasil, 1988; 1990; 1996).

Podemos observar que os marcos legais dissertam sobre a educação, e são cruciais para a instituição, pois ela apresenta em sua essência a característica da educação social, que se baseia na crença em que é possível influenciar as circunstâncias sociais por meio da educação, de forma que crianças e adolescentes acolhidos/as pela Casa Mamãe Margarida poderão vislumbrar a transformação de suas vidas mediante a educação que provocará a mudança de mentalidade, pois esta desperta o pensamento crítico e reflexivo sobre o mundo e sua realidade.

Considerações finais

Os debates circunscritos neste artigo, apresentados em moldes de um relato de experiência, explanaram acerca da violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes e o acolhimento institucional dessas vítimas como tema na formação acadêmica, propiciado pelos PACEs *Políticas de Socioeducação: diálogos profissionais* e *Políticas de Socioeducação: diálogos sobre educação e escola*, os quais de fato possibilitaram o diálogo entre graduandos/as, profissionais e pesquisadores/as que atuam nas áreas sociais de medidas protetivas de crianças e adolescentes que estão cumprindo ou não medidas socioeducativas.

As telas de diálogo destacadas nesta produção textual, delinearam aspectos propulsores ligados às diversas violências direcionadas ao grupo infantojuvenil, todavia, ressaltamos o trabalho desenvolvido pelas redes de proteção, aqui referenciadas pelos marcos regulatórios (Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do/a Adolescente), pela instituição de acolhimento Casa Mamãe Margarida, e pelo trabalho da Educação Sexual como proposta de ensino efetivo nas creches e escolas.

Ante as palestras, deparamo-nos com a responsabilidade de projetar um programa de extensão, sob a orientação da coordenadora dos projetos, que buscou aproximar a comunidade acadêmica do fazer científico, da organização de um evento num momento de pandemia do Covid-19, e mostrou que é possível transpor as barreiras que tentam nos limitar e que podemos sobressair encontrando caminhos e desafios que nos motivam a prosseguir estudando, conhecendo e vivenciando a práxis educacional.

Os encontros favoreceram aos/às participantes uma troca de experiências e conhecimentos que somente no espaço da sala de aula, talvez ficassem limitados ou nunca fossem desvelados. Além disso, houve um fortalecimento coletivo do Grupo face aos desafios ocasionados pela conexão de *internet*, em que os/as discentes precisavam estar sempre prontos/as a assumir a mediação das

palestras caso o/a mediador/a responsável ou a coordenadora dos PACEs enfrentasse problemas na rede *Wireless Fidelity (Wi-fi)*, situação que chegamos a vivenciar. As lições para as futuras atividades acadêmicas foram, portanto, de solidificar a base discente e se preparar para imprevistos pela via de planejamento como foi feito.

Desta feita, compreendemos a importância da realização dos PACEs Emergencial Políticas de Socioeducação, frente ao excelente arcabouço apreendido pelos/as acadêmicos/as mediante aos conhecimentos compartilhados nas palestras e relatos de experiências dos/as profissionais referenciados/as neste artigo, bem como a possibilidade de atuação autônoma dos/as participantes dos PACEs, os diálogos que perpassaram os dias das atividades, as produções textuais e o despertar da curiosidade investigativa ante as temáticas, além dos novos laços de amizade, companheirismo e união, sobretudo no cenário pandêmico em que o mundo vivenciou um isolamento social.

No mais, ressaltamos a gratidão em podermos contribuir na realização desse projeto, o qual, no início já dava sinais de que seria desafiador, porém enriquecedor. Foi um caminho árduo em virtude das *batalhas digitais*, por terem sido realizados completamente de forma remota. Todavia, estávamos separados/as apenas fisicamente, mas nossos pensamentos seguiram unânimes nessa estrada que nos levou ao mesmo caminho – o da humanização construído pela troca de saberes – a educação.

Referências

- Brasil. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 09 de fev. de 2021.
- Brasil. (1990). *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- Brasil. (1996). *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- Childhood. (2020). *Dados da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2020*. Acesso 09 de fev. 2021. https://childhood.org.br/childhood/publicacao/DadosViolenciaSexualcontraCriancaseAdolescentes2020_FINAL.pdf.
- Cidade. (2017). *Criança de 3 anos é estuprada e morta dentro de casa por namorado da mãe*. 2017. <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/31059,crianca-de-3-anos-e-estuprada-e-morta-dentro-de-casa-por-namorado-da-mae>.
- Correio Braziliense. (2020). *Criança de 4 anos é estuprada pelo próprio pai no Guará*. 2020. <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/10/4881710-crianca-de-4-anos-e-estuprada-pelo-proprio-pai-no-guara.html>.
- FBSP. Fórum de Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Anuário de segurança pública, 2019*. <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>.
- Fernandes, Maria Nilvane. (2020). *Ofício nº 04/2020/PACE-DTF/FACED/UFAM*. Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE Emergencial): Manaus, 2020.
- Freire, Paulo. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- G1. (2020). *Polícia conclui inquérito e indícia mãe e padrasto de criança vítima de estupro em Parauapebas, no PA*. 2020. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/01/16/policia-conclui-inquerito-e-indicia-mae-e-padrasto-de-crianca-vitima-de-estupro-em-parauapebas-sudeste-do-para.ghtml>.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf>.

Landini, Tatiana S. (2011). *O professor diante da violência sexual*. São Paulo: Cortez, 2011.

Lima, Edyane Silva de; Maio, Eliane Rose. (2014). *Violência Sexual contra crianças*: contribuições para a formação docente. Curitiba/PR: CRV, 2014.

Maio, Eliane Rose; Oliveira, Márcio de. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: o silenciamento enquanto marcador do aumento dos casos. *Educ. Anál.*, Londrina/PR, v. 2, n. 2, p. 251-270, jun./dez. 2017.

Matos, Rosana Trindade de. (2020). Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas. (*Tela de Diálogo*). 10 nov. 2020. 14h (AM).

Minayo, Maria Cecília de Souza. (2010). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

Nepomuceno, Valéria. (2002). O mau-trato infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente: os caminhos da prevenção, da proteção e da responsabilização. In: Silva, Lygia Maria Pereira da (Org.). *Violência doméstica contra a criança e o adolescente*. Recife: EDUPE, 2002, p. 139-174.

Oliveira, Eneila Raimunda Lima de. (2020). Casa Mamãe Margarida: acolhendo, defendendo e promovendo a vida. (*Tela de Diálogo*). 10 dez. 2020. 14h (AM).

Oliveira, Márcio de; Peixoto, Reginaldo; Maio, Eliane Rose (2018). A Educação enquanto promotora de uma cultura de paz: o foco nas questões de gênero e sexualidade. *Revista Amazônida*, Manaus, v. 03, n. 02, pp. 27-39.

Oliveira, Márcio de. (2020). *A função da Educação Escolar frente à violência sexual contra crianças e adolescentes*. (*Tela de Diálogo*). 19 nov. 2020. 14h (AM).

Oliveira, Márcio de. (2019). Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma visão a partir da era da internet. *Koan: Revista de Educação e Complexidade*, n. 7, p. 120-135, dez. 2019.

Rocha, Karol. (2019). Crianças e adolescentes são os principais alvos de estupradores em Manaus: crimes sexuais. *Acrítica*, Manaus, 2019.

<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/criancas-e-adolescentes-sao-os-principais-alvos-de-estuprador-es-em-manaus>

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. 18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro. *Inclusão Social*, Brasília, v. 02, n. 02, p. 152-154, abr./set., 2007.

Scherer, Suely; Brito, Glaucia da Silva (2020). Integração de tecnologias digitais ao currículo: diálogos sobre desafios e dificuldades. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36.

<https://www.scielo.br/j/er/a/FCR5M56M6Chgp4xknpPdKmx/?format=pdf&lang=pt>

SEDH; MEC; MJ. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça. (2006). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: SEDH; MEC; MJ, 2006.

<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>.

SEJUSC-AM. Secretaria de Estado de Justiça, direitos Humanos e Cidadania do Amazonas. (2019). *Simpósio discute políticas de socioeducação no Amazonas*. 2019.

<http://www.sejusc.am.gov.br/simposio-discute-politicas-de-socioeducacao-no-amazonas/>

Silva, Diego Valgoi da (2021). Educação e novas tecnologias: um (re)pensar. *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 10, n. 26, p. 181-194.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. (2020). *Edital simplificado nº 001/2020 – PACE e PIBEX Emergenciais*.

<https://proext.ufam.edu.br/ultimas-noticias/171-edital-simplificado-n-001-2020-pace-e-pibex-emergenciais.html>

Vilela, Maria dos Anjos L.; Vendramini, Célia R. (2012). Consumindo corpos infantis e juvenis: o intrincado fenômeno da exploração sexual comercial de crianças. In: Arroyo, Miguel G.; Silva, Mauricio R. (Orgs.). *Corpo infância: exercícios tensos de ser criança – por outras pedagogias dos corpos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 81-102.

Zanella, Maria Nilvane; Lara, Angela Mara de Barros. (2016). Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 46, p. 75-87, maio/ago. <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/viewFile/2703/1831>